



CACS | FUNDEB
ITAPERUNA-RJ

Gestão 2023-2026

Ata da Reunião Ordinária do mês de agosto do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – CACS Funbed Itaperuna-RJ. Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, com início às oito horas e quarenta minutos, reuniram-se os conselheiros e conselheiras do CACS-FUNDEB, atendendo a convocação para tratarem da seguinte pauta: 1- Informes da Secretária executiva; 2-Posse dos novos Conselheiros; 3- Processo Eleitoral dos Representantes dos Diretores; 4- Processo do CME (nº 340 – Repasse 25%); 5- Censo (nº 48); 6- Parcela do Déficit; 7- Capacitação TCE RJ; 8- Visita às obras das Creches Gov. Roberto Silveira e Matadouro; 9- Plano Municipal de Educação. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros(as): Celso Nunes de Oliveira (Presidente), Eduardo Real Lino, Elazir Boechat, José Luiz Ribeiro, Márcio Monteiro, Marcos Paulo Odone, Maria da Penha Sgró, Pedro da Silva Rodrigues, Quésia Ribeiro de Azevedo, Rilma França, Roseli Barros, Rosineia Cabral, Victor José Dias Ramos. Esteve presente a Professora Elaine Borges Ribeiro. O Presidente Celso Nunes deu as boas-vindas aos Conselheiros, agradeceu o empenho em estarem presentes e passou a palavra para a Secretária Executiva que mais uma vez saudou os presentes, leu os informes e a pauta. O Presidente então, inicia o item 2, saudando os novos conselheiros eleitos para substituição dos Representantes dos Diretores das Escolas Públicas, que são Pedro Rodrigues e Victor José Ramos, bem como o Professor Márcio Monteiro em substituição à professora Ângela Raeli que solicitou seu desligamento antes do processo eleitoral ser findado mas por burocracia da Comissão Eleitoral não foi feito a tempo de ser empossado juntamente com os demais em 10/01/2023. Os novos conselheiros relatam a alegria em fazer parte desse renomado conselho e se colocam a disposição para que o trabalho do CACS seja cada vez mais frutífero. Terminada a posse e entregue os certificados o Presidente externou que para que o CACS continue a ser coeso em seus atos gostaria de ter a opinião dos demais conselheiros o pedido de substituição do Conselheiro Luís Almir, representante do Rotary Clube. Os conselheiros presentes concordam e o Conselheiro Marcos Paulo juntamente com o Conselheiro Márcio Monteiro sugerem que seja feito um ofício de advertência antes do pedido de substituição e que esse ofício se estenda também aos representantes do Conselho Tutelar Tanúcio Côre e Viviane Martins. A Secretária Executiva relata aos conselheiros que o conselheiro Luís Almir só esteve presente na reunião de posse e os Conselheiros representantes do Conselho Tutelar estiveram presentes cada um deles apenas em uma reunião além da reunião de posse, houve total concordância e os ofícios serão expedidos. O conselheiro José Luiz relata que se a OSC não tiver uma relevante ligação com a Educação, o interesse em estar no CACS se esvai, visto que há outros interesses mais relevantes aos membros das OSC. O Presidente acrescenta que Rotary Club e Lions Clube outrora possam ter prestados importantes serviços na educação do município, não é o que acontece atualmente e a legislação preconiza que

as OSCs para terem assento no CACS precisam ter ligação direta com a educação mas esse gargalo não foi vencido juntamente a SEMED. No item 3, o Presidente faz vistas aos conselheiros presentes a cópia de inteiro teor que foi solicitada do Processo Eleitoral realizado pela SEMED. Passando-se então para o item 4, em virtude da APROVAÇÃO COM RESSALVAS da prestação de contas de 2022, o presidente esclarece que é prerrogativa do CME a observância da aplicação do RP, fato esse que após todo esse tempo, o CME reconhece que no artigo 2º do Regimento Interno consta essa responsabilidade, foram enviados ofícios ao Prefeito, SEMED, CME e Secretaria de Fazenda, fundamentados no não cumprimento do pagamento do déficit do ano anterior além de não estar sendo cumprido o percentual de 25% do recurso próprio que poderia ensejar a reprovação pelo Tribunal de Contas das contas do prefeito. Por esse motivo, as prestações de contas deficitárias de recursos próprios não estão sendo apreciadas pelo CACS sendo devolvidas para que o CME se manifeste. A Conselheira Penha Sgró, que representa o CME nesse colegiado, relata que participou de uma reunião na prefeitura onde foi solicitado a disponibilização de um técnico contábil para auxiliar o CME na apreciação e entendimento das prestações de contas. Chegando ao item 5 da pauta, o presidente informa que mais uma vez, o CACS solicitou esclarecimentos sobre o Censo Escolar através do ofício 023/2023, mesmo assim ainda não fomos atendidos com informações concretas o que causa estranheza ao colegiado é o burburinho que serão inauguradas outras novas creches conveniadas porém não há informações sobre fila de espera para tais vagas. No item 7, foi informado ao colegiado que foi expedido o ofício solicitando diárias e transporte para os conselheiros que participarão da capacitação no TCE e já foi agendado o carro e motorista que os levará ao RJ, porém se fez necessário informar aos conselheiros que as diárias estão demorando a serem reembolsadas, não havendo óbice, seguiremos com os trâmites. Os conselheiros Roseli, José Luiz, Eduardo e Quésia concordam. No item 8, o Presidente esclarece que após a visita realizada por ele juntamente com o Conselheiro Marcos Paulo, o que causou bastante estranheza é que apesar de já estarem em andamento há 8 anos não estão próximas de serem finalizadas. Após esse momento, por não ter sido possível o preenchimento do check-list, por falta de documentos, de clareza na execução, não está sendo utilizado o recurso do FUNDEB, apenas recurso próprio porque as empresas contratadas anteriormente não concluíram as etapas que constam como conclusas e não foram finalizadas, faltam etapas primordiais como mangueiras para iluminação, incêndio, então o Presidente expediu um novo ofício (nº030/2023) solicitando as informações documentadas visto que a empresa que está trabalhando atualmente está tentando remediar as deficiências deixadas pelas empreiteiras anteriores, uma vez que a Caixa não irá liberar recursos uma vez que não há etapas novas. A equipe da Semed então, solicitou maior prazo para que sejam emitidos os documentos da obra, quando esses documentos chegarem ao CACS, não havendo recursos do FUNDEB será encaminhado para o Conselho responsável. Finalizando o item 9, com a intenção de deixar um legado mais estruturado para as próximas gestões do CACS o Presidente relata que como já estamos bem próximo a construção do Plano Municipal de Educação, o CACS se propõe a ser um braço do CME para

que juntos consigam contribuir em parceria na construção do PME, visto que o CME não tem o reconhecimento da sociedade, talvez apenas por falta de espaço na SEMED, ousadia ou mesmo pelo desgaste do tempo que não há oxigenação dentro do CME. Caso não haja o convite para participação da construção do PME, o CACS criará sua própria comissão para fazer apontamentos e sugestões, bem como terá participação ativa no Plano de Cargos e Salários da Educação. O Presidente então, propõe a criação de uma comissão com conselheiros da área pedagógica para apontamentos e sugestões e após essa análise que seja feita em 15 dias uma discussão diretamente com os diretores das escolas municipais para que em concordância com todos seja redigido um documento e enviado à Secretaria Municipal de Educação. Após a fala do Vice-Presidente relatando que o CACS precisa ser mais propositivo, no sentido de melhor uso do dinheiro público para que não continue a acontecer os mesmos erros que vem se arrastando há anos. O conselheiro Marcio pede, então, que o Vice Presidente explique novamente. Para que a ação e eficiência do CACS é necessário saber que somente quem participa das reuniões tem acesso a algumas informações, mesmo tendo uma aba dentro do site da SEMED, a população não entende algumas das siglas utilizadas. É preciso que as informações sejam passadas com maior clareza, como por exemplo, dizer que se não houver melhor gestão para o aprendizado as verbas serão diminuídas, bem como cada Conselho agindo dentro das suas responsabilidades para que a Educação Municipal tenha todo o seu potencial explorado, seus professores capacitados e bem pagos. O CACS como órgão de acompanhamento deve propor a melhor aplicação dos recursos vindos do FUNDEB e propor os indicadores de gestores para que a Educação Municipal receba mais verbas e haja melhor aplicação. O Conselheiro Marcio opina que quando a gestão remunera os diretores de acordo com o número de alunos é um ato retrocedente, porém os representantes dos Diretores Pedro e Victor alegam que o trabalho de uma escola com mais alunos é imensamente maior, visto que há mais turnos, maior demanda de serviços e parceria com programas federais que exigem trabalho e administração do gestor. A Conselheira Rosineia Cabral aproveita a oportunidade para propor que haja um olhar diferenciado para as escolas de Educação Infantil visto que para essas escolas é limitado o número de alunos por sala e acaba remunerando menos os seus diretores. Encerrando a reunião, o Presidente mais uma vez agradece a presença e a contribuição dos conselheiros na reunião de hoje, lavrando-se a presente ata, que após lida e aprovada será assinada, publicada e afixada em livro próprio.